

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.509.538 - SP (2019/0155016-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
AGRAVANTE : FELIPE DE SANTANA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FELIPE AMORIM PINCIPESSA - DEFENSOR PÚBLICO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. QUESTÃO DECIDIDA NO JULGAMENTO DO HC N. 464.990/SP. PERDA DO OBJETO.

Agravo em recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **Felipe de Santana** contra decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo que inadmitiu o recurso especial por ele interposto, fundamentado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, manifestado, por sua vez, contra acórdão proferido na Apelação Criminal n. 0002765-03.2013.8.26.0223, assim ementado (fl. 183):

APELAÇÃO CRIMINAL - Preliminarmente, requer o reconhecimento de nulidade das provas produzidas sem a participação do acusado, com fulcro no artigo 564, inciso IV, do CPP - Inocorrência - Não vislumbradas nulidades nem quaisquer ofensas aos princípios constitucionais, tampouco demonstrado prejuízo - Rejeitada a preliminar. Roubo - Absolvição por insuficiência probatória - Impossibilidade - Provas hábeis a ensejar a condenação, nos termos em que proferida - Desclassificação para furto descabida - Grave ameaça evidenciada pela simulação de portar arma de fogo, tendo havido, ainda, violência empregada contra a vítima - Delito que se consumou, tendo a vítima perdido a disponibilidade de seus bens, ainda que por pouco tempo - Penas e regime bem dosados e fundamentados, não comportando reparo - Apelo não provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fl. 212):

Embargos de Declaração - Insurge-se o embargante aduzindo que o v. acórdão não fundamentou suficientemente a necessidade de manutenção do regime prisional fixado pela r. decisão de primeiro grau - Inocorrência - Cabe dizer que as razões que levaram à manutenção da r. decisão recorrida, com manutenção do regime prisional imposto restaram suficientemente delineadas pelo v. acórdão embargado, com base no caso concreto - Inexistente contrariedade, omissão ou obscuridade - Ademais, o Juiz não está obrigado a responder a todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por ela, tampouco a responder um a um todos seus argumentos (RTISP 115/207) - Questão superada, não se prestando os embargos a reapreciar a essência da matéria já julgada - Embargos de Declaração Rejeitados.

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do especial, apontou a Defensoria Pública contrariedade aos arts. 33, § 2º, *b e c*, § 3º, e 59, *caput*, do Código Penal, defendendo, em suma, o cabimento do regime inicial aberto para cumprimento de pena (fls. 230/235).

Apresentadas contrarrazões (fls. 237/243), foi o recurso inadmitido na origem, por incidência da Súmula 284/STF (fls. 246/247).

Daí o presente agravo (fls. 264/267). Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso, nos termos da seguinte ementa (fl. 290):

PENAL. ROUBO. ANÁLISE DA DOSIMETRIA DA PENA E REGIME PRISIONAL FIXADO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

É o relatório.

O agravo em recurso especial está prejudicado.

A questão aduzida no presente recurso já foi objeto do HC n. 464.990/SP, impetrado em benefício do ora agravante, oportunidade em que concedi a ordem para estabelecer o regime inicial aberto.

Confira-se o teor do referido *decisum*:

[...] O regime semiaberto foi fundado exclusivamente na natureza grave do crime (fls. 10 e 19).

O posicionamento hoje pacificado no Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que, tratando-se de réus primários e fixada a pena-base no mínimo legal, mostra inadmissível a estipulação de regime prisional mais rigoroso do que aquele previsto para a sanção corporal aplicada, apenas com fundamento na gravidade abstrata do delito. Nesse sentido, confira-se o teor da Súmula 440/STJ:

Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.

Na mesma linha, o posicionamento do Supremo Tribunal Federal:

A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada (Súmula 718/STF).

A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea (Súmula 719/STF).

No caso dos autos, **o réu é primário e a pena-base foi fixada no mínimo legal. Definida a reprimenda** em 4 anos de reclusão, mostra-se apropriado o

Superior Tribunal de Justiça

regime inicial **aberto** (art. 33, § 2º, "c", do Código Penal).

Ante o exposto, **concedo a ordem para estabelecer ao paciente o regime inicial aberto.**

[...]

A mencionada decisão **transitou em julgado em 10/9/2018.**

Sendo assim, já **apreciado** o pedido manifestado no presente agravo em recurso especial, através de **pronunciamento definitivo** desta Corte acerca do tema suscitado nas razões recursais, torna-se **prejudicado** o seu julgamento, pela perda de objeto.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XI, c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, **não conheço** do presente agravo em recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator